

JORNAL DO ESTADO 26 SET 2012

OAB-PR PROMOVE SEMINÁRIO que discute o “futuro da Justiça”

O evento visa incentivar a reflexão sobre os tribunais e como estreitar as relações entre o cidadão e a Justiça

De acordo com o Índice de Confiança na Justiça brasileira (ICJBrasil), da Fundação Getúlio Vargas, divulgado recentemente, a confiança do brasileiro no Poder Judiciário é de 42%, muito atrás da depositada nas Forças Armadas (73%), Igreja Católica (56%), Ministério Público (55%), Grandes Empresas (45%) e Imprensa Escrita (44%). Além disso, 91% dos brasileiros acham que o serviço é moroso (lento e muito lento), 89% custoso (custo alto e muito alto) e 69% de acesso difícil e muito difícil.

O assunto levou a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, com patrocínio do Citibank e apoio da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, a promover, de amanhã até a sexta-feira, um seminário dedicado ao tema “O futuro da Justiça”. O evento visa incentivar a reflexão sobre o processo de aperfeiçoamento dos tribunais e as formas de estreitar as relações entre o cidadão e a Justiça, traçando possíveis caminhos em direção a um futuro melhor para a Justiça brasileira.

Apesar dos esforços de aproximar o Poder Judiciário da população, apenas 56% dos brasileiros afirma confiar na instituição. Desde a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da súmula vinculante

pela emenda constitucional nº 45/04, no entanto, índices mais positivos têm sido obtidos. Segundo dados da Pesquisa de Satisfação da Justiça Brasileira, realizada pelo CNJ, quando questionados se a Justiça está igual, melhor ou pior, 44% dos brasileiros dizem estar melhor e menos de 20% dizem estar pior. Os números também revelam que 52% dos cidadãos que tiveram casos na Justiça estão satisfeitos com o atendimento e os resultados. O principal indicador é o sucesso dos juizados especiais, mais simples, ágeis e informais. Ou seja, quanto mais eficiente o Poder Judiciário se torna, maior a satisfação e a demanda da sociedade.

Mas como desencadear o processo de aperfeiçoamento dos tribunais e estreitar as relações entre o cidadão e a Justiça? É esse questionamento que o seminário proposto pela OAB-PR pretende levantar. O evento vai contar com palestrantes renomados e será aberto pelo ex-conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Joaquim de Arruda Falcão Neto, amanhã, às 20 horas. Todas atividades vão acontecer no auditório da sede da OAB Paraná (Rua Brasilino Moura, nº 253, Ahú). A entrada é gratuita, mas é necessário se inscrever com antecedência.

26 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO

27 DE SETEMBRO — 20 HORAS

Tema: Justiça Brasileira: problemas e alternativas

Joaquim de Arruda Falcão Neto

Doutor em Educação pela University of Génève (UNIGE - Suíça); mestre em Direito (LLM) pela Harvard University (EUA); diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas; ex-Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

28 DE SETEMBRO — 8H30/10 HORAS

Painel: Solução de litígios: origem, atualidade e futuro

Tema: O futuro do Judiciário e a tecnologia da informação

Friedmann Anderson Wendpap

Mestre em Direito Público pela UFPR; professor de Ciência Política, Teoria do Estado e Direito Internacional da Universidade Tuiuti do Paraná e da Escola da Magistratura Federal no Paraná; foi juiz de direito do Estado do Paraná e atualmente é juiz federal.

Tema: Perspectivas sobre a solução de litígios

Maria Tereza Aina Sadek

Pós-doutora em Ciência Política pela USP; pós-doutora pela University of London (Inglaterra) e pela University of California (EUA); professora do Curso de Pós-Graduação do Programa de Ciência Política da USP.

28 DE SETEMBRO — 10H15/11H

Tema: A reforma do processo civil: uma análise realista

Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier

Livre docente, doutora e mestre pela PUCSP; professora permanente da PUCSP; professora do Instituto Brasileiro de Direito Processual, do Centro de Extensão Universitária, da Universidade Paranaense; membro de corpo editorial de inúmeras revistas de renome; advogada.

28 DE SETEMBRO — 11H/12H

Tema: Perspectivas e Novas Linhas para Resolução de Conflitos

Roberto Romano

Filósofo; livre docente e professor titular da Unicamp; doutor pela Escola de Altos Estudos Sociais de Paris; foi presidente da Comissão de Perícias da Unicamp.

Fonte: OAB/PR

26 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

ASSEMBLEIA

Justiça manda Casa publicar atos no D.O.

O Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba determinou que a Assembleia Legislativa do Paraná publique todos os atos de investidura, exoneração e aposentadoria de servidores ocorridos nos últimos cinco anos no Diário Oficial do Estado do Paraná e nos sites oficiais do Estado. A Assembleia também não poderá mais utilizar edições avulsas e não numeradas de diários.

A decisão, assinada pela juíza Carolina Delduque Senes Basso, foi proferida com base em ação civil pública proposta pelo Ministério Público contra a Assembleia. Na ação, protocolada em maio de 2010, os promotores do Patrimônio Público apontam a ausência de transparência do Legislativo Estadual e indicam inúmeros atos administrativos - inclusive de nomeação e demissão de servidores - que não foram publicados no Diário Oficial, mas apenas no Diário da Assembleia, "periódico de circulação ínfima e incapaz de conferir publicidade aos atos", segundo o MP-PR. "Além disso, não raras vezes, a publicação se operava em edições avulsas, absolutamente inacessíveis", destaca a Promotoria.

A sentença reconheceu os argumentos apresentados pelos promotores, inclusive no que se refere à circulação irrisória do Diário da Assembleia. "A população do Estado somente tinha acesso a aproximadamente 15 (quinze) exemplares, o que configura uma quantia

ínfima frente ao número de cidadãos", aponta trecho da decisão. "(...) diversos atos administrativos de grande importância e impacto financeiro deixaram de ser levados ao conhecimento da população e, nesse aspecto, foram retirados da esfera de controle dos cidadãos", diz outro trecho da sentença.

A Procuradoria Geral da Assembleia divulgou nota afirmando que "desde o início da atual administração de sua Mesa Executiva, presidida pelo deputado Valdir Rossoni (PSDB), em fevereiro de 2011, cumpre rigorosamente com estas determinações". A nota lembra que um dos primeiros atos da atual Mesa Executiva, logo após a sua posse, foi no sentido do imediato fechamento da gráfica da Casa - responsável pela publicação dos "Diários Secretos", com a determinação de que todos os atos administrativos se dessem a partir de então pelo Diário Oficial.

Segundo a direção da Casa, "estes cuidados já se constituem em rotina no Poder Legislativo, pelo que são respeitados há quase dois anos e, portanto, muito antes da decisão judicial". De acordo com a atual Mesa Executiva, a ação "se reporta a práticas verificadas em gestões anteriores".

26 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA

LIBERA DILMA

no programa de Ducci

Presidente do TRE deu voto decisivo para recurso do prefeito contra ação de Gustavo Fruet

A Corte do Tribunal Regional Eleitoral liberou, por 4 votos a 3, o prefeito e candidato à reeleição, Luciano Ducci (PSB) para utilizar as imagens da presidenta Dilma Rousseff (PT) em sua campanha na televisão. O presidente do TRE-PR, desembargador Rogério Kanayama, que deu o voto de minerva, reconheceu que se trata de uma matéria difícil e que pode se desdobrar em futuros processos. Sua opinião, ao embasar o voto, foi de que os debates políticos devem ser mais liberados, dando oportunidades aos partidos de criticarem e rebaterem as críticas no seu horário.

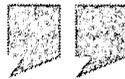
“O Poder Judiciário, embora não seja o caso desta Corte, tem trazido para si muitos detalhes na propaganda eleitoral que podem proporcionar um subjetivismo perigoso e a desestabilização está se intensificando no direito eleitoral”, afirmou durante seu voto.

O uso da imagem da presidenta foi contestado pela coligação Curitiba Quer Mais, de Gustavo Fruet (PDT), que chegou a ganhar liminar proibindo as imagens. A alegação era de que Dilma, que pertence ao PT, não poderia aparecer na campanha da coligação do prefeito, que não é apoiada pelo partido.

RISCO



O Judiciário tem trazido para si muitos detalhes na propaganda eleitoral que podem proporcionar um subjetivismo perigoso.



do presidente do TRE-PR, Rogério Kanayama

A propaganda impugnada trazia o discurso da presidente Dilma elogiando Ducci e o projeto do metrô de Curitiba. A declaração foi feita no ato de liberação de R\$ 1 bilhão do governo federal para a obra da capital paranaense, no ano passado. A assessoria jurídica de Gustavo Fruet (PDT) disse que não pode mais recorrer da decisão.

A juíza da 3ª Zona Eleitoral de Curitiba, Renata Baganha, já havia acatado recurso de Ducci, afirmando não ter visto impedimento no uso da imagem da presidente. No trecho que Ducci usava na campanha, Dilma Rousseff elogia o projeto do metrô curitibano. O elogio foi feito no final do ano passado, em visita à capital paranaense para o anúncio da liberação de R\$ 1 bilhão para as obras. “Eu queria dar os

parabéns a Curitiba pela qualidade do projeto. A ministra Miriam Belchior estava fazendo uma avaliação comigo, dizendo que, dentre os projetos apresentados, o projeto aqui do prefeito era um dos melhores. Não vou dizer que era o melhor, porque senão me pegam depois. Era um dos melhores!”, disse na ocasião.

Em nota, a assessoria do candidato afirmou que a mensagem é pública e diz respeito ao projeto do metrô e não ao prefeito. Na eleição de Curitiba não está prevista visita da presidente à capital. Os candidatos Ratinho Júnior (PSC), além de Ducci (PSB) e Fruet (PDT), integram partidos que compõem a base de apoio no âmbito federal e, segundo a direção do PT em Curitiba, quando houvesse esse tipo de conflito Dilma não entraria no processo.

26 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

Requião condenado (I)

O senador Roberto Requião (PMDB) perdeu no Supremo Tribunal Federal uma ação movida pela marqueteira Cila Schulman por danos morais. Pela decisão, ele terá que pagar R\$ 53 mil em valores corrigidos desde 2006.

Requião condenado (II)

Requião, quando era governador, acusou Cila Schulmann de receber dinheiro de uma empreiteira, a DM, para repassá-lo a José Pepe Richa Filho, então diretor do DER. O dinheiro, segundo Requião, seria para financiar a campanha de Beto Richa ao governo.

Multa para o Google (I)

A Justiça Eleitoral de Cascavel, no oeste do Paraná, condenou a Google Brasil Internet Limitada ao pagamento de R\$ 1 milhão, por dia, por descumprir uma ordem judicial, em primeira instância, do juiz Valmir Cosechen. A empresa é acusada de manter no ar três vídeos com expressões ofensivas por perfis falsos no Youtube contra o candidato à reeleição Edgar Bueno (PDT). A notificação foi feita no dia 11 de setembro e o prazo dado foi de 12 horas para a exclusão dos vídeos. O valor máximo não pode passar dos R\$ 30 milhões.

Multa para o Google (II)

O Google recorreu dizendo que “o conteúdo da representação não se trata de propaganda eleitoral negativa ou extemporânea”. Disse que se trata de liberdade de expressão e que não tem como impedir que os usuários insiram novos vídeos no site Youtube, pois o monitoramento prévio de conteúdo é impossível de ser realizado”.

26 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

ANTICORPO PALIVIZUMABE

Estado será obrigado a fornecer droga

A Justiça Federal acatou o pedido do Ministério Público Federal (MPF) de Maringá, em ação civil pública ajuizada em março deste ano, e obrigou a União e o Estado do Paraná a fornecerem o anticorpo Palivizumabe às crianças, domiciliadas nos municípios da região, que pertençam ao grupo de risco — especialmente as nascidas prematuramente, cardiopatas ou portadoras de doença pulmonar crônica.

O Palivizumabe, é indica-

do para prevenção de infecção pelo vírus sincicial respiratório, o principal agente etiológico da bronquiolite viral aguda (infecção respiratória apontada como causa mais comum de internações hospitalares em menores de um ano de idade).

Esta infecção pode causar maior morbidade em populações de risco, como crianças prematuras e portadoras de displasia broncopulmonar.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria, o

uso do Palivizumabe é altamente recomendável às crianças menores de dois anos portadoras de displasia broncopulmonar e que tiveram necessidade de uso de oxigênio suplementar, broncodilatadores, diuréticos ou corticóides nos últimos seis meses prévios à fase e sazonalidade do vírus sincicial respiratório, que ocorre de maio a setembro de cada ano, ou seja, durante as temperaturas mais baixas do período de inverno.

GOOGLE

Justiça manda prender presidente

A Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul decretou no domingo a prisão do presidente do Google Brasil, Fabio José Silva Coelho, e a suspensão do site YouTube por 24 horas naquele Estado. A decisão foi tomada porque o Google não acatou uma decisão do dia 17 deste mês da Justiça Eleitoral, que determinou a retirada do ar de dois vídeos de conteúdo supostamente calunioso contra o candidato à prefeitura de Campo Grande (MS) Alcides Bernal (PP).

O pedido de prisão foi feito, inicialmente, no dia 20, pelo juiz eleitoral Flávio Saad Perón, da 35ª Zona Eleitoral do

Mato Grosso do Sul. Os advogados de Fabio José Silva Coelho entraram com um pedido de Habeas Corpus, que foi negado no dia 23 pelo juiz Amaury da Silva Kuklinski, que reiterou o pedido de prisão.

A decisão foi publicada na segunda, às 17 horas. A ordem foi encaminhada à Polícia Federal do Mato Grosso do Sul. Em nota, a Google Brasil defendeu-se: “O Google está recorrendo da decisão que determinou a remoção do vídeo do YouTube porque, em sendo uma plataforma, o Google não é responsável pelo conteúdo postado em seu site”, alegou.

26 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

Sabatina de Zavascki fica para depois da eleição

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), afirmou ontem que a sabatina do ministro Teori Zavascki, indicado pela presidente Dilma Rousseff para o Supremo Tribunal Federal (STF), poderá ficar para depois das eleições municipais.

Pouco depois das 16 horas, o colegiado suspendeu os trabalhos diante do início do horário de votação em plenário, que apreciará a polêmica medida provisória do Código Florestal.

Pelo regimento do Senado, os trabalhos têm de ser temporariamente encerrados quando há sessão do plenário. Eunício Oliveira ponderou

que não há “nenhum problema” de a reunião da CCJ ter ficado aberta. Ele disse que não há pressa para realizar a sabatina de Teori Zavascki e que ela pode ocorrer após as eleições.

O presidente da CCJ lembrou que, na semana que vem, será a véspera do primeiro turno, o que torna mais difícil a realização da sabatina nesse período. Eunício Oliveira avaliou que caberá ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), convocar os senadores para eventualmente participar da sabatina de Zavascki. Parlamentares avaliam que a sabatina pode ocorrer ainda esta semana ou somente depois das eleições.

Pertence nega esvaziamento da comissão

Um dia depois de ter renunciado ao cargo de presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Sepúlveda Pertence disse nesta terça que a “postura de independência” do órgão será mantida pelo seu sucessor na presidência, Américo Lacombe, e pelos seus atuais e futuros integrantes. Ele não quis comentar sobre a suposta interferência da presidente Dilma Rousseff nos trabalhos da comissão, sobretudo com relação à decisão de investigar o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, pela suspeita de tráfico de influência nas consultorias que teria feito em 2009

e 2010. A comissão também opinou pela censura ética contra os ex-ministros chefes da Casa Civil Erenice Guerra e Antonio Palocci.

Sepúlveda Pertence falou ao chegar ao Senado para acompanhar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a sabatina do ministro Teori Zavascki, seu amigo, indicado para a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF) com a aposentadoria compulsória de Cezar Peluso, aos 70 anos.

“Não quero comentar o caso concreto porque ainda está submetido à comissão”, afirmou Pertence, referindo-se ao processo contra Pimentel. Ele descartou a possibilidade de a comissão vir a ser esvaziada com a sua renúncia.

26 SET 2012

GAZETA DO POVO

Judiciário do PR segue com problemas, diz CNJ

Inspeção do Conselho Nacional de Justiça constatou que o Judiciário paranaense não conseguiu pôr fim a problemas como atrasos processuais, infraestrutura deficiente e falta de pessoal. Relatório do CNJ mostra que há falta de espaço para armazenar os processos, guarda de bens apreendidos em locais sem qualquer segurança, número de computadores inferior ao de servidores e a falta de oficiais de justiça em várias varas. Em cinco unidades visitadas, o Conselho recomenda a organização de mutirões para atualizar a expedição de ofícios e mandatos.

Tribunal de Justiça abre licitação para comprar cinco caminhonetes de luxo por R\$ 189 mil cada uma.

26 SET 2012

GAZETA DO POVO
» INSPEÇÃO JUDICIAL

Judiciário do PR sofre com falta de estrutura e atrasos, diz CNJ

1,5 MIL PROCESSOS

de réus cumprindo pena em regime aberto não estavam sendo fiscalizados, quando o CNJ fez a inspeção, pela Vara de Execuções Alternativas da Região Metropolitana de Curitiba.

Relatório do Conselho Nacional de Justiça aponta uma série de deficiências, como processos de 2004 que nem sequer foram enviados a um juiz

| Anderson Gonçalves

! Atrasos processuais, infraestrutura deficiente e falta de pessoal são uma constante no Judiciário paranaense. A constatação é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que em novembro do ano passado realizou uma inspeção em várias unidades ligadas ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). O relatório, divulgado apenas há algumas semanas, aponta uma série de deficiências nos órgãos judiciais do estado. E traz um conjunto de sugestões e determinações para dar mais agilidade à Justiça local.

Durante cinco dias, membros do CNJ percorreram unidades do Judiciário, coletando informações e avaliando

suas condições de funcionamento. Foi verificada a situação de 21 gabinetes de desembargadores do TJ, oito varas, juizados especiais, turmas recursais, unidades administrativas e cartórios extrajudiciais de Curitiba e região metropolitana. Algumas situações detectadas pelos juizes e servidores do conselho chamam a atenção pelo entrave à tramitação de muitos processos.

Processos suspensos

No 5.º Juizado Especial Cível do Foro Central, em Curitiba, eram 15,2 mil processos em trâmite, mas havia um grande número deles com a análise suspensa. Desse total, 1,3 mil estavam na chamada pré-conclusão, em que o processo aguarda para ser encaminhado ao juiz, sendo o mais antigo de 2004. O CNJ determina que essa prática não seja adotada, pois não representa a verdadeira situação processual e causa falsa impressão de regularidade. A sede do 5.º Juizado também apresentava sérios problemas estruturais, como número de computadores inferior ao de servidores e cadeiras em péssimo estado de conservação.

Problemas estruturais também foram detectados na Vara de Inquéritos Policiais da Região Metropolitana de Curitiba, onde estavam 82,9 mil inquéritos. Segundo o CNJ, não havia espaço físico para armazenar os processos. Além disso, os bens apreendidos estavam em uma sala sem a mínima segurança, ocasionando também dificuldade para localizá-los. Já na 1.ª Vara Cível de São José dos Pinhais havia mais de 6 mil processos aptos para despacho ou sentença, mas que permaneciam indevidamente nos cartórios.

A falta de estrutura também foi apontada como causa para que 1,5 mil processos de réus cumprindo pena em regime aberto não estivessem sendo fiscalizados na Vara de Execuções Alternativas da Região Metropolitana.

CONTINUA

26 SET 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Outros 230 mandados aguardavam cumprimento. No Juizado Especial de Violência Doméstica da Grande Curitiba, a falta de oficiais de justiça tem dificultado a intimação das medidas protetivas. Na Vara de Cartas Precatórias, audiências eram realizadas por estagiários. Na mesma unidade, o CNJ determinou abertura de sindicância para apurar a decisão de um juiz que deixou de realizar audiências, atendendo apenas os casos urgentes, represando os demais processos a outros servidores.

Processos parados

Em cinco unidades visitadas, o CNJ recomenda a organização de mutirões para atualizar a expedição de ofícios e mandatos. Já em quatro gabinetes de desembargadores foi apontada a existência de processos conclusos, mas não repassados adiante, há mais de cem dias. Também em quatro gabinetes detectou-se que havia um número elevado de processos em comparação com a estrutura disponível no local. Dificuldade de separação dos processos e falta de integração foram os problemas apontados no Departamento de Distribuição do TJ, enquanto no Setor de Tecnologia e Informação notou-se a falta de planos de gestão, capacitação e segurança.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Relatório mostra
menos falhas
que a inspeção
anterior

26 SET 2012

■ O Conselho Nacional da Justiça (CNJ) já havia passado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) em 2009 para realizar sua primeira inspeção no Judiciário estadual. Naquela oportunidade o trabalho foi mais amplo, avaliando grande parte das estruturas da Justiça paranaense e detectando problemas graves, como remunerações e concessões de encargos especiais indevidas a servidores do TJ. Apesar de esses problemas terem sido resolvidos, outras deficiências apontadas naquela ocasião perduraram dois anos depois, como processos em atraso e falta de oficiais de justiça.

O relatório de 2009 apontou um total de 113 falhas no TJ e determinou medidas como a extinção de benefícios, revisão da estrutura remuneratória, transferência de servidores, modificação de processos internos e análise da possibilidade de exigir dos funcionários a restituição de valores pagos indevidamente.

Atenção

No fim do ano passado, o tribunal informou que estava “trabalhando incansavelmente” para cumprir todos os pontos questionados pelo CNJ, mas que alguns ainda estavam recebendo atenção. As remunerações indevidas, segundo o TJ, haviam sido reduzidas significativamente.

O relatório de 2011 apresenta um número inferior de determinações e recomendações, mas alguns problemas são recorrentes nas duas inspeções: casos de processos com excesso de prazo, sentenças em atraso, fragilidades na distribuição de processos, falta de local seguro para guardar bens apreendidos e número insuficiente de oficiais de justiça.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

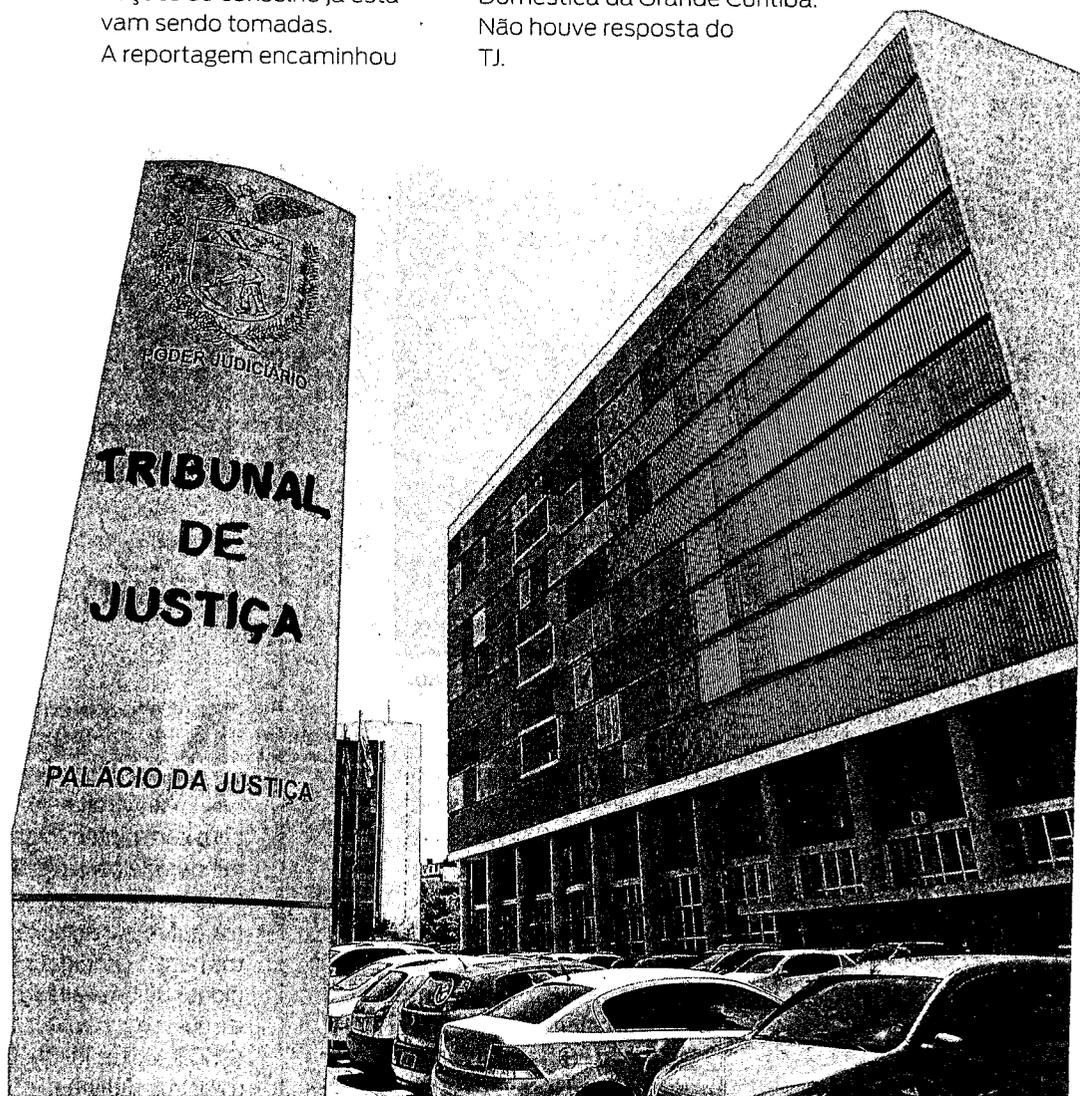
26 SET 2012

OUTROLADO

TJ informa que está tomando providências

A reportagem da **Gazeta do Povo** entrou em contato com a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) para que o órgão se manifestasse a respeito das conclusões do relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Inicialmente, o TJ informou que todas as providências para atender as determinações do conselho já estavam sendo tomadas. A reportagem encaminhou

ainda um pedido com informações mais detalhadas sobre as situações verificadas em seis unidades consideradas as mais problemáticas: 5º Juizado Especial Cível do Foro Central, Vara de Inquéritos Policiais da Região Metropolitana, 1ª Vara de Inquéritos Policiais da RMC, 1ª Vara Cível de São José dos Pinhais, Vara de Execuções Alternativas da RMC e Juizado Especial de Violência Doméstica da Grande Curitiba. Não houve resposta do TJ.



Sede do TJ: nos gabinetes de quatro desembargadores o CNJ encontrou processos já concluídos que estavam parados, à espera de serem passados adiante, há 100 dias.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

» JUDICIÁRIO

TJ comprará 5 caminhonetes de luxo por até R\$ 189 mil cada uma

| Rogerio Waldrigues Galindo

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) abriu uma licitação para a compra de cinco caminhonetes de luxo para uso dos desembargadores. O edital de n.º 62 do TJ informa que se trata de veículos com tração 4x4, movidos a diesel ou biodiesel, com capacidade para cinco pessoas. A licitação será realizada no dia 2 de outubro. Cada veículo custará até R\$ 189 mil e no total serão gastos até R\$ 947 mil com a aquisição.

Segundo o tribunal, os veículos serão usados para fazer correição. Ou seja, os desembargadores paranaenses usarão os carros para viajar às comarcas do interior para fiscalizar o trabalho dos juízes. Também ficarão disponíveis para uso da presidência do TJ.

O modelo a ser comprado, segundo as especificações do edital, deverá ter bancos de couro e aparelho de ar condicionado digital. Os bancos do motorista deverão ter regulagem elétrica. É preciso ainda que os veículos tenham faróis de xenon, GPS (localizador por satélite), CD player com MP3 e entrada USB.

26 SET 2012

Mégane e avião

Neste ano, o Tribunal de Justiça do Paraná já fez outros gastos com o objetivo de garantir o deslocamento dos desembargadores. Comprou 90 carros modelo Renault Mégane, por um total de R\$ 4,5 milhões. Na época, o presidente do TJ, Miguel Kfoury, disse que o fornecimento de carros com motoristas era necessário para garantir a segurança dos desembargadores.

O Judiciário paranaense também fez outra licitação para o aluguel de uma aeronave, com previsão de gastos de R\$ 560 mil por ano.

R\$ 947
MIL

será o custo máximo da compra das caminhonetes, segundo o edital de licitação do TJ.

26 SET 2012

GAZETA DO POVO

» UNIFORMES ESCOLARES

Ex-prefeito de Londrina é solto após colaborar com investigações

José Joaquim Ribeiro confirmou depoimento prestado no início de setembro e disse que ficou com parte da propina paga por empresários

LONDRINA

Fábio Calsavara, do *Jornal de Londrina*

■ O ex-prefeito de Londrina (Norte do estado) José Joaquim Ribeiro (sem partido) teve a prisão revogada na tarde de segunda-feira e deixou a Penitenciária Estadual na noite do mesmo dia. A Justiça determinou que Ribeiro fosse solto porque ele colaborou com as investigações do Ministério Público.

Ribeiro confirmou, em depoimento ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que ficou com pelo menos R\$ 50 mil da propina paga por empresários no esquema de compra superfaturada de uni-



José Joaquim Ribeiro: tese do "mensageiro" foi derrubada.

formes escolares para o município. Com isso, ele derrubou a tese de que seria apenas um "mensageiro" da propina de R\$ 150 mil, que ele confessou ter pego em depoimento prestado no dia 3 de setembro.

No novo depoimento, o ex-prefeito voltou a admitir que pelo menos R\$ 50 mil do total da propina teria sido entregue ao ex-secretário de Fazenda Lindomar Mota dos Santos. Ele também teria voltado a afirmar que os R\$ 50 mil restantes foram enviados ao ex-prefeito Barbosa Neto (PDT).

Além de confirmar informações anteriores, Ribeiro teria apresentado fatos que ajudariam nas investigações da operação Antissepsia. Realizada no ano passado, a operação investigou desvios de recursos em contratos na área da saúde. A investigação resultou na prisão do então procurador municipal Fidélis Canguçu e no indiciamento de outras 22 pessoas. Segundo promotores do Gaeco, o ex-prefeito também teria trazido fatos novos sobre o caso da Centronic, que culminou na cassação do mandato de Barbosa Neto, em julho.

Ex-secretário

Os advogados do ex-secretário de Gestão Pública Marco Cito entraram ontem com um pedido de habeas corpus no Tribunal de Justiça. Mesmo com o pedido, não há previsão para que Cito deixe a Penitenciária Estadual de Londrina (PEL II). Assim como Joaquim Ribeiro, Cito foi preso preventivamente acusado de envolvimento no esquema de superfaturamento em contratos para o fornecimento de uniformes escolares para o município.

26 SET 2012

GAZETA DO POVO

Justiça libera imagem de Dilma na campanha de Ducci

| Chico Marés

▮ O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR) liberou ontem o uso da imagem da presidente Dilma Rousseff (PT) no horário eleitoral do candidato Luciano Ducci (PSB). O candidato havia mostrado, no seu horário eleitoral, um trecho de um discurso da presidente, no qual ela elogiava o projeto do metrô de Curitiba. O julgamento terminou empatado e foi decidido pelo voto de minerva do presidente da corte, o desembargador Rogério Kanayama.

A Coligação Curitiba Quer Mais, que apoia o candidato Gustavo Fruet (PDT), entrou com ação liminar pedindo que a veiculação do discurso fosse suspensa, uma vez que a presidente é filiada ao PT, partido da coligação de Fruet. A liminar já havia sido negada em primeira instância. Através de sua assessoria de imprensa, a coligação de Fruet disse que não deve apresentar recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), devido ao pouco tempo ainda restante de campanha — o último programa do horário eleitoral no primeiro turno será já na próxima semana.

A campanha de Ducci vinha mostrando o discurso em que Dilma liberava os recursos para o metrô da cidade. No vídeo, ela elogiava o projeto do metrô curitibano e dizia que, “juntos”, o governo federal, o governo estadual e a prefeitura fariam o metrô.

26 SET 2012

GAZETA DO POVO

» CONSCIENTIZAÇÃO

Debate contra corrupção envolve 98 escolas

Isadora Camargo,
especial para a Gazeta do Povo

■ Henrique Dias tem 16 anos e decidiu não fazer o título de eleitor neste ano por acreditar que ainda precisa prestar atenção na atuação dos gestores públicos para decidir em quem votar. Ele diz que as discussões sobre corrupção, ética e cidadania, realizadas na escola pública Amyntas de Barros, onde estuda, em Pinhais, o ajudaram a avaliar melhor como irá votar no futuro.

Os debates a que Henrique se refere fazem parte da programação do movimento Paraná Sem Corrupção nas escolas. Em parceria com o Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte,

o grupo já esteve em 98 instituições, distribuídas por 14 cidades da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Desde o início de setembro, promotores tiram dúvidas de alunos e educadores, além de falar sobre a importância da conduta ética e do voto consciente. Ontem foram encerradas as atividades no Paraná Sem Corrupção nas escolas da RMC, em um evento no Centro de Formação dos Profissionais de Educação.

Além dos debates e atividades educativas com os estudantes, o objetivo da programação do movimento é alcançar toda população. “A partir dos alunos vamos atingir outras pessoas, pois eles são multiplicadores de informação e consciência cidadã. É muito importante que quem está votando pela primeira vez não desperdice seu voto”, apontou o coordenador estadual do Paraná Sem Corrupção, o promotor Eduardo Cambi, que foi o palestrante do encontro realizado ontem.



Eduardo Cambi, coordenador do Movimento Paraná Sem Corrupção: objetivo é atingir a sociedade a partir de estudantes.

» SALÁRIOS EXTRAS

Senado vai pagar IR de 14.º e 15.º

■ A Mesa Diretora do Senado decidiu ontem depositar em juízo parte do Imposto de Renda (IR) cobrado pela Receita Federal, referente aos últimos cinco anos, sobre o 14.º e o 15.º salários dos senadores. A Casa não informou o valor e a medida ainda tem que ser ratificada pelo plenário. Pela decisão, o Senado vai arcar com o pagamento do passivo até a data da notificação pela Receita, no início de agosto. Cada senador terá desconto de 27,5% referente ao IR sobre essa ajuda de custo.

O Senado alega que não reteve o imposto anteriormente porque considera esse dinheiro uma verba indenizatória, e não uma remuneração. “Havia uma decisão anterior considerando essa verba como indenizatória. Vamos pagar e imediatamente entrar com uma ação no fisco para reaver o dinheiro”, afirmou o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

Senadores e ex-senadores estavam revoltados com a possibilidade de ter de arcar com a despesa. Cada senador recebe por ano dois salários extras de R\$ 26,7 mil. Eles deixaram de recolher cerca de R\$ 12 mil, cada um. O Senado aprovou uma proposta acabando com o pagamento anual do 14.º e do 15.º salário, mantendo-os apenas para o início e o fim de cada legislatura (quatro anos). O projeto precisa ser votado ainda pela Câmara.

Justiça proíbe site YouTube de exibir no Brasil filme anti-islâmico

■ A Justiça proibiu ontem no Brasil a veiculação, pela internet, do filme *Inocência dos Muçulmanos*. De acordo com a decisão liminar do juiz Gilson Delgado Miranda, da 25.^a Vara Cível de São Paulo, a Google Brasil, controladora do YouTube no país, tem até dez dias para tirar o polêmico trailer de 14 minutos do ar.

Com ofensas a Maomé, *Inocência dos Muçulmanos* foi apontado como justificativa para o ataque ao Consulado dos Estados Unidos em Benghazi, na Líbia, que resultou na morte do embaixador Christopher Stevens e também uma série de protestos, especialmente no mundo muçulmano, com dezenas de mortes.

A decisão do juiz Gilson Miranda atende a um pedido da União Nacional de Entidades Islâmicas (UNI). A entidade afirma que o filme fere o direito constitucional à liberdade de religião. Em sua decisão, o juiz admite que o caso gera um conflito entre a liberdade de expressão e de religião, que são preceitos da Constituição Federal.

“Os efeitos gerados pela promoção deste filme estão sendo sentidos no Brasil e em todo o mundo”, escreve o juiz. Para ele, a questão é “de difícil solução”: “O próprio secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, pediu na quarta-feira passada, sobretudo em função do vídeo, que a liberdade de expressão não seja usada para ‘provocar ou humilhar valores e crenças’ de outros povos”, escreveu Miranda, citando que, no Brasil, o filme já provocou uma manifestação pacífica da comunidade islâmica.

26 SET 2012

GAZETA DO POVO

Citando diversos juristas, Miranda afirma que a decisão não se trata de censura prévia nem censura, mas da proibição da divulgação de material ilegal. O juiz lembra, ainda, que atores que participaram do filme já recorreram à Justiça norte-americana porque teriam se sentido enganados com o resultado final do projeto, que faz uma série de ofensas ao islamismo.

Caso não retire o vídeo da rede, a Google Brasil deverá pagar multas diárias de R\$ 10 mil. Cabe recurso à decisão. Representantes da Google Brasil não foram localizados ontem.

“O caso (...) traz um conflito claro em relação à liberdade de expressão e à necessidade de proteção de indivíduos ou grupos humanos contra manifestações que possam induzir ou incitar a discriminação de preconceito de religião.”

Trecho da decisão do juiz Gilson Delgado Miranda, da 25.^a Vara Cível de São Paulo.

GAZETA DO POVO

» RACISMO

Mais um livro de Monteiro Lobato é alvo de polêmica

Depois de *Caçadas de Pedrinho* outro livro de Monteiro Lobato, *Negrinha*, entra na polêmica e vira alvo da discussão sobre o uso de livro considerado racista no Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). O Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara) ingressou ontem na Controladoria Geral da União com uma representação para investigar a compra do livro pelo Ministério da Educação (MEC). Para Iara, *Negrinha* tem conteúdo racista e não poderia ter sido adquirido com recursos públicos. A representação foi feita no mesmo dia de uma reunião entre MEC e Iara para discutir os rumos de *Caçadas de Pedrinho*, também considerado racista pelo grupo. Sem acordo, a política em torno do livro será definida no Supremo Tribunal Federal.

“Não vamos admitir nenhum tipo de censura. *Caçadas de Pedrinho* tem valor literário, é apresentado de forma contextualizada”, afirmou o secretário de Educação Básica do MEC, César Callegari.

O advogado do Iara, Humberto Adami, afirma que o grupo não quer a censura do livro. “Reivindicamos a contextualização obrigatória, não apenas recomendada, como está num parecer do MEC”, disse. O instituto reivindica que a obra seja apresentada com um encarte explicativo e que professores sejam capacitados para tratar do assunto.

26 SET 2012

PRESÍDIOS

Governo vai esvaziar cadeias de três distritos policiais de Curitiba

No prazo de 60 dias serão esvaziadas três cadeias públicas da capital. Todos os presos do 1º, do 5º e do 8º distritos policiais serão absorvidos pelo sistema penitenciário do Estado. A decisão foi tomada ontem, durante a segunda reunião dos secretários de Estado da Justiça (Seju), da Segurança Pública (Sesp) e da Administração, com os chefes da Casa Civil e o chefe de gabinete do governador Beto Richa. A Seju também vai assumir, na próxima segunda-feira, a gestão do Centro de Triagem 2 (localizada na Região Metropolitana de Curitiba), da Polícia Civil do Paraná, com os 1.432 presos, até agora sob custódia da Sesp. A unidade passará a se chamar Casa de Custódia de Piraquara.

26 SET 2012

GAZETA DO POVO

DORA KRAMER

Comparação indevida

Adeterminada altura da sessão desta segunda-feira o revisor Ricardo Lewandowski justificou assim o voto pela condenação de três réus por formação de quadrilha: “Era um mecanismo permanentemente em funcionamento. Isso caracteriza a quadrilha, e esses crimes eram praticados à medida da necessidade demonstrada pelos parlamentares que se deixaram corromper”.

Portanto, se alguém se deixou corromper, houve também o agente corruptor e um motivo para corrupção.

A forma da prova, entretanto, continua em debate. A manifestação majoritária dos ministros em relação ao crime de corrupção passiva em “fatia” anterior do julgamento do mensalão provoca revolta aqui e ali.

Advogados de defesa, políticos e agora até um grupo de intelectuais, artistas e acadêmicos alegam que o Supremo Tribunal Federal está inovando. Invocam o julgamento que absolveu Fernando Collor de Mello em 1994, reivindicando tratamento semelhante.

O próprio Lewandowski qualificou de “heterodoxo” o entendimento preponderante no tribunal e justificou a absolvição de João Paulo Cunha do crime de corrupção passiva dizendo que havia se baseado na jurisprudência da ação penal 307, a do caso Collor.

Na essência da lei o STF não está criando nada. A condenação de Cunha decorreu do artigo 317 do Código Penal, cuja definição do ilícito é a mesma: “Solicitar ou receber, para si ou outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida ou aceitar promessa de tal vantagem”.

O único dos atuais ministros a participar do julga-

mento de Collor, Celso de Mello, na época apontou a exigência de “precisa identificação de um ato de ofício” na esfera das atribuições do presidente, para que se caracterizasse a corrupção.

Justamente o que a Procuradoria-Geral da República não conseguiu demonstrar na ocasião: a denúncia não descreveu uma parte do crime, não apontou que interesses as pessoas que deram dinheiro ao operador de Collor, Paulo César Farias, teriam nos atos do presidente.

E, naquele voto em 94, Celso de Mello falou também sobre a necessidade de haver “uma relação entre a conduta do agente que solicita, recebe ou aceita a promessa de vantagem indevida e a prática, que pode até não ocorrer, de um ato determinado de ofício”.

E o que demonstra a denúncia ora em exame? Exatamente a existência de uma relação de trocas indevidas entre parlamentares, partidos e um governo mediante práticas ilegais.

Ou seja, o Supremo não inventa. Os casos é que são diferentes.

Se alguém se deixou corromper, houve também o agente corruptor e um motivo para corrupção.

26 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Prefeito de Curitiba é investigado por usar secretaria na eleição

Ministério Público apura envio de e-mails com projetos de Luciano Ducci, candidato à reeleição, por órgão municipal

Secretaria era chefiada até o começo do mês por tucano que faz parte do comitê jovem da campanha do prefeito

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

O Ministério Público Eleitoral em Curitiba investiga se a campanha do candidato à reeleição, Luciano Ducci (PSB), está utilizando uma lista de e-mails da prefeitura para enviar material eleitoral —o que caracterizaria propaganda irregular.

A reportagem teve acesso a um e-mail enviado no fim de agosto pela campanha a pelo menos 450 pessoas que participam das atividades da Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude.

O e-mail é assinado pela “equipe comitê jovem”.

Dez destinatários disseram à **Folha** que haviam cadastrado seus e-mails para receber informações sobre eventos esportivos, mas que não autorizaram o envio de material de campanha eleitoral.

A secretaria, que nega ter repassado os endereços de e-mail à campanha, é comandada por Marcello Richa, licenciado do cargo desde o início do mês para se dedicar à campanha de Ducci.

Marcello —filho do governador Beto Richa (PSDB)— é presidente da Juventude Nacional do PSDB e atua no Comitê da Juventude de Ducci, coordenado pelo filho do candidato, Ricardo Ducci.

O e-mail lista 28 propostas do prefeito. “E você, já sabe quais são os planos do Luciano para melhorar ainda mais as práticas de esporte na nossa cidade?”, diz a mensagem.

A campanha e a secretaria negam irregularidades.

Os principais adversários do prefeito são Ratinho Junior (PSC) e Gustavo Fruet (PDT).

Segundo o Datafolha divulgado no começo de setembro, Ducci divide a liderança com o candidato do PSC.

Secretaria nega que servidores tenham enviado e-mails

A Secretaria do Esporte, Juventude e Lazer de Curitiba informou que não houve envolvimento de servidores no envio de e-mails de campanha do prefeito Luciano Ducci (PSB). A secretaria, que disse desconhecer o material, informou que seu mailing é formado por 8.197 e-mails.

A coordenação da campanha informou, em nota, que “não há vinculação do mailing de campanha com qualquer mailing da prefeitura”.

26 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Indicado para o STF descarta intenção de adiar julgamento

Teori Zavascki diz a comissão do Senado
que não pedirá vista do processo

Ele afirma que cabe ao tribunal definir sua participação no caso; conclusão da sabatina ficou para outubro

Indicado para o Supremo Tribunal Federal, o ministro Teori Zavascki disse ontem no Senado que não tomará nenhuma iniciativa que represente a paralisação do julgamento do mensalão.

Em sabatina na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), ele descartou que, ao chegar à corte, vá pedir vista do processo, o que poderia adiar a conclusão do caso para o ano que vem.

Aos senadores, Teori (pronuncia-se Teorí) não deixou claro se participará ou não do julgamento, decisão que, segundo ele, cabe aos demais ministros do STF.

A sabatina foi interrompida e só será retomada na segunda semana de outubro.

Depois da CCJ, o nome do ministro ainda precisa ser aprovado no plenário da Casa. Como ainda pode demorar para tomar posse após a aprovação, Teori talvez só esteja apto a participar do julgamento do mensalão na fase de definição das penas.

Com o argumento de que a agilidade na indicação de Teori, 64, tem o objetivo de tu-

RAIO-X

Conheça o juiz indicado para o STF

NOME Teori Albino Zavascki

IDADE 64 anos

NASCIDO EM Faxinal dos Guedes (SC)

FORMAÇÃO Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

OUTROS CARGOS Ministro do STJ, desembargador do TRF e advogado do BC

multuar o andamento do julgamento, a oposição tentou ontem adiar o início da sessão da CCJ, sem sucesso.

O nome do ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) foi anunciado pela presidente Dilma Rousseff apenas 11 dias após a vaga ser aberta com a aposentadoria de Cezar Peluso.

Ao ser questionado sobre sua participação no julgamento do mensalão, Zavascki se emocionou, ficando com os olhos marejados.

Disse que é o “primeiro interessado” em esclarecer a questão. Mas afirmou que a decisão sobre sua participação não lhe cabia. “Quem decide sobre a participação de um juiz é o órgão colegiado do qual ele vai fazer parte.”

EMPATE

Apesar da indefinição, ele descartou o chamado pedido de vista caso participe do julgamento. Segundo ele, seria “incoerente” estar habilitado para analisar a causa e, em seguida, pedir tempo para analisá-la.

Teori, que se aprovado completará o quórum de 11 ministros, também rebateu as críticas de que sua entrada no STF poderá beneficiar réus do mensalão.

CONTINUA

26 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“O 11º voto jamais pode beneficiar o acusado. Porque o acusado está beneficiado pelo empate. O 11º voto só pode prejudicar o acusado”, disse ele em referência ao entendimento que um empate favorece o réu.

A participação de Teori no julgamento não é consensual na corte. Pelo menos dois ministros, Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello, avaliaram que o tribunal terá de se pronunciar sobre isso.

Mas o revisor do caso do mensalão, Ricardo Lewandowski afirmou que a decisão é do ministro.

“Esse julgamento foi tumultuado indevidamente e é preciso que haja tranquilidade. Qualquer iniciativa de tumulto deve ser repudiada”, disse Mendes ontem.

Artigo do regimento do Supremo diz que não pode participar de julgamento um ministro que não acompanhou a leitura do relatório e os debates, mas o documento abre uma brecha para aqueles que se declaram “esclarecidos” sobre a matéria.

A sabatina foi interrompida depois que apenas 5 dos 25 senadores inscritos fizeram perguntas. Isso aconteceu devido ao início da sessão de votação no plenário.

A conclusão da sabatina e a votação do nome de Teori na CCJ e no plenário ficaram para o início de outubro. O julgamento do mensalão tem previsão de terminar até o início de novembro.

CONGRESSISTAS

> **A perda do mandato de parlamentares condenados pelo STF deve acontecer de maneira automática?**

“Essa questão o Supremo, talvez, tenha que analisar.

Minha opinião, com base em um estudo que fiz e publiquei, é no sentido de que não é automática

MENSALÃO

> **O ministro Teori Zavascki participará do julgamento da ação penal do mensalão?**

“Quem decide sobre a participação de um juiz é o órgão colegiado do qual ele vai fazer parte. Eu não tenho ideia do que terei que decidir se for decidir

GARANTISMO

> **Define-se como juiz ‘garantista’ (vê o processo do ponto de vista dos direitos individuais do acusado)**

“Acho que todos devem ser garantistas. O problema não é o rótulo, é saber como se interpreta a Constituição

OSCAR VILHENA VIEIRA

ANÁLISE

Processo de escolha dos ministros deve ser aperfeiçoado

Nosso modelo de escolha dos ministros do STF foi inspirado na Constituição norte-americana. A Presidência indica, e o Senado ratifica, após sabatina. Este não é, em si, um mau modelo. O problema é sua implementação.

Por um lado os presidentes não têm necessariamente levado em consideração os requisitos de ilibada reputação e notório saber. Por outro, as sabinas têm servido sobretudo para que os senadores louvem o candidato. Em toda nossa história republicana só uma indicação foi impugnada — importante dizer que o candidato era médico. Nos EUA foram 12 impugnações.

A proeminência alcançada pelo STF na última década impõe à sociedade levar mais a sério a escolha dos ministros. Vários aperfeiçoamentos poderiam ser introduzidos. A Presidência deveria ser obrigada a justificar suas escolhas, demonstrando que os critérios constitucionais foram atendidos. Após a indicação deveria ser oferecida a oportunidade para que a sociedade civil sabinasse os indicados ou apresentasse questões aos membros da CCJ. Os senadores estariam melhor posicionados a exercer um controle mais rigoroso na nomeação. O país merece.

OSCAR VILHENA VIEIRA é professor da FGV

26 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Para revisor, decisão do STF vai ajudar a coibir caixa 2 em campanhas

Em entrevista à Folha, Lewandowski afirma que posição da corte mudará investigações

O ministro do Supremo Ricardo Lewandowski afirmou que a decisão sobre crimes de corrupção passiva provocará grandes mudanças em investigações e processos sobre caixa dois na Justiça Eleitoral, e ajudará a restringir a prática.

“Aqueles que contribuem e recebem dinheiro deverão ser muito mais cuidados. Toda a legislação eleitoral tem de ser repensada”, disse à **Folha** o revisor do mensalão no STF e ex-presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Segundo Lewandowski, Ministério Público e juízes eleitorais terão dois caminhos ao analisar casos de caixa dois envolvendo políticos em mandato ou funcionários públicos.

Beneficiários de repasses sem registro poderão ser enquadrados no crime de corrupção passiva, previsto no Código Penal, com pena de prisão de 2ª a 12 anos, ou no delito de caixa dois, previsto no Código Eleitoral, punido com até cinco anos de prisão.

Segundo ele, o STF acolheu a posição do relator, Joaquim Barbosa, de que “ajuda de campanha também configura vantagem indevida a parlamentares, por influenciar a prática de atos de ofício do interesse dos corruptores”.

“Com essa tese que agora o STF desenvolveu, isso [recebimento de vantagem indevida] pode já na fase eleitoral caracterizar corrupção passiva. Pode alterar toda a concepção que se tem do caixa dois.”

Lewandowski afirmou, porém, que os acusados não poderão ser processados ao mesmo tempo por corrupção passiva e caixa dois, pois ninguém pode ser punido duas vezes pelo mesmo crime.

Ele vislumbra a necessidade de mudar lei, jurisprudência (decisões dos tribunais) e doutrina. “Vai ser preciso deixar bem claro [...] quando é hipótese de aplicação do Código Penal [ou] do Código Eleitoral”, disse.

“**tiroteio**”

Docemente constrangido, ele não falou sobre o mensalão para participar do julgamento. Mesmo que apenas na fase de embargos.

DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR), sobre as respostas do futuro ministro Teori Zavascki na sabatina de ontem para ocupar cadeira no STF.

PAINEL

Para a torcida Apesar de evitar se manifestar sobre o mensalão, Teori Zavascki agradou senadores da Comissão de Constituição e Justiça ao dizer que entende que a perda de mandato de condenados pelo STF não é automática. Casos como o do deputado João Paulo Cunha (PT-SP) teriam que passar pelo crivo da Câmara.

Melhornão Zavascki ouviu de senadores governistas que, se seu nome fosse à votação no plenário ontem, corria o risco de ser rejeitado. Líderes avisaram ao Planalto que o quórum de 58 senadores era incerto e a oposição faria da tribuna um palanque sobre o mensalão.

Em cima... Alguns ministros do STF que estranharam a declaração de Zavascki de que é a corte quem decide se ele estará apto a julgar o mensalão afirmam que sua participação se daria na fase dos embargos, mas não na dosimetria das penas.

...do lance Outros dizem que será a primeira vez que o plenário decidirá essa questão. E lembram que, quando Luiz Fux entrou na corte, desempatou o Ficha Limpa.

26 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Em memória de Herzog

No dia 31 de outubro de 1975, a catedral da Sé, no centro de São Paulo, recebeu uma pequena multidão para um culto ecumênico em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog. A reportagem da **Folha** calculou, na ocasião, que cerca de 8.000 pessoas estavam na igreja e mil, do lado de fora.

O ato religioso representou uma manifestação pública pioneira contra a ditadura militar. O regime sobreviveria ainda por uma década, mas em franca decadência.

O jornalista trabalhava na TV Cultura e era ligado ao Partido Comunista Brasileiro. Na sexta-feira, dia 24, fora levado por agentes às dependências do DOI-Codi, órgão subordinado ao estamento militar.

No domingo, dia 26, o 2º Exército emitiu nota na qual afirmava que Herzog se suicidara. Era notório que ele havia sido torturado.

A impostura, inscrita na certidão de óbito, foi mantida por 37 anos. Agora, por iniciativa da viúva Clarice Herzog e da Comissão da Verdade, a Justiça restabeleceu os fatos. Passará a constar do documento que a morte decorreu de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do 2º Exército.

A correção, determinada pelo juiz Márcio Bonilha Filho, da Segunda Vara de Registros Públicos de São Paulo, tem valor simbólico e histórico — e abre a perspectiva de outras reparações análogas.

Foi o primeiro resultado prático

das atividades da Comissão da Verdade. Formada por sete membros, ela foi instaurada pela presidente Dilma Rousseff, em maio, para investigar violações aos direitos humanos entre 1946 e 1988.

O título da comissão, para ser rigoroso, contém uma hipérbole enganosa. Primeiro, porque a verdade histórica é esquivada e sujeita a controvérsia. Depois, porque a comissão, num passo criticável, afastou de sua alçada violações cometidas por organizações de esquerda.

Lembre-se que a lei 12.528, que criou o colegiado, dá margem a essa extensão das investigações pelo colegiado, descartada por iniciativa exclusiva de seus integrantes.

Sem dúvida que o objeto principal da comissão são os atos praticados por agentes públicos. Não há comparação possível entre a perseguição, a tortura e o assassinio organizados sistematicamente pelo Estado, de um lado, e ações de grupos armados de esquerda, de outro, mesmo nos casos em que levaram inocentes à morte — tampouco há motivo razoável para afastá-las do exame frio para registro da história.

À luz do espírito conciliatório da Anistia, os atos da comissão não podem legalmente se revestir de caráter jurisdicional, para condenar ou para absolver. Como no caso de Herzog, é preciso esclarecer os fatos e reconstituir a memória — o que deveria valer para todos.

26 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Comissão de Ética não deve ser submissa ao Planalto, diz Pertence

Colegiado deve atender interesses do Estado, afirma ex-presidente

Um dia após renunciar ao comando da Comissão de Ética Pública da Presidência da República por estar insatisfeito com mudanças na composição do grupo, Sepúlveda Pertence disse se preocupar com a possibilidade de o colegiado se vincular ao governo, e não ao Estado.

“Tenho [receio], mas resta confiar nos que lá estão e nos que virão, que tenham a compreensão do que significa a Comissão de Ética”, afirmou.

Sua saída foi motivada por a presidente Dilma Rousseff, de maneira inédita, não ter reconduzido para um novo mandato de três anos dois conselheiros da comissão indicados por ele: Marília Muricy e Fábio Coutinho.

Ambos foram tirados da comissão após tomarem decisões contrárias aos interesses do Planalto.

Um relatório de Marília Muricy levou, em dezembro passado, à recomendação por parte do colegiado de demitir o então ministro Carlos Lupi (Trabalho), envolvido em uma série de suspeitas.

Fábio Coutinho propôs advertir outro ministro, Fernando Pimentel (Desenvolvimento), por sua atuação como consultor em 2009 e 2010.

A renúncia “foi a única forma que eu tinha de manifestar minha solidariedade aos dois companheiros”, afirmou Pertence.

“Foi a única forma que eu tinha de manifestar minha solidariedade aos dois companheiros”

SEPÚLVEDA PERTENCE

Ex-presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, ao explicar sua renúncia como apoio aos conselheiros Marília Muricy e Fábio Coutinho, que não tiveram mandato renovado para o colegiado

Ele negou que tenha contribuído para sua saída a decisão de Dilma de não indicar para o Tribunal Superior Eleitoral um filho seu, em 2011. A informação foi publicada ontem pelo Painel, da **Folha**.

Dizendo que seria inclusive “intempestivo” relacionar esse fato com sua renúncia, afirmou que o filho, Evandro Pertence, foi colocado em lista de indicados para o tribunal, mas que ele mesmo entendeu que só iria postular a vaga quando fosse o mais antigo na lista.

Ao manifestar preocupação com o rumo da comissão, Pertence fez coro a receio expresso ontem, em entrevista à **Folha**, por Marília Muricy, professora de direito na Universidade Federal da Bahia.

“A sociedade deve continuar exercendo seu papel de estar atenta aos trabalhos da comissão para que, em nenhum momento, a comissão se torne uma comissão de governo. Senão não adianta, não tem razão de existir.”

De acordo com Muricy, “não pode provocar estranheza o fato de que um membro da comissão indique exoneração de ministro”.

Pelo segundo dia seguido, a Presidência da República não se pronunciou sobre a renúncia de Pertence.

26 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Justiça de SP manda o YouTube retirar do ar vídeo anti-islâmico

Ação foi movida por associação muçulmana; Google pode recorrer

O juiz Gilson Delgado Miranda, de São Paulo, ordenou ontem que a empresa Google retire do YouTube em dez dias, em todo o Brasil, todos os vídeos que contêm cenas do filme “Inocência dos Muçulmanos”.

A produção amadora dos EUA satiriza o profeta Maomé e é apontada como estopim de protestos em cerca de 20 países. A decisão é provisória; cabe recurso. A Google não comentou a sentença.

A ação foi movida pela UNI (União Nacional de Entidades Islâmicas), maior entidade da religião no país. O juiz determinou ainda que a Google informe à Justiça sempre que houver novas postagens relacionadas ao filme. A pena para o descumprimento da sentença é de multa de R\$ 10 mil por dia.

A Google já tirou o filme do ar em alguns países, como Cingapura, após os protestos violentos no mundo árabe. A reação de grupos muçulmanos contra o filme teria causado o ataque à Embaixada dos EUA na Líbia, que resultou na morte do embaixador Chris Stevens e de mais três pessoas, em 11 de setembro.

A Casa Branca também condenou a produção, que retrata Maomé como mulhengo e aproveitador.

A sentença do juiz Miranda faz menção à “delicada situação gerada” pelo filme em todo o mundo e fala em evitar uma “comoção maior” e em proteger “os valores e a crença” dos muçulmanos.

O sheik Jihad Hassan Hammadeh, presidente do conselho de ética da UNI, disse não se tratar de censura, mas de defesa da liberdade religiosa. “É uma aberração — agressão gratuita, premeditada e intencional. É uma agressão contra todas as religiões.”

Hammadeh ressaltou, porém, que a veiculação do vídeo não deve servir de pretexto para ataques de grupos radicais islâmicos contra alvos estrangeiros, principalmente americanos. “Somos contra a violência de qualquer tipo.”

26 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Ator é condenado a devolver R\$ 2,6 milhões à Petrobras

O ator e diretor Guilherme Fontes foi condenado pela 31ª Vara Cível do Rio a devolver quase R\$ 2,6 milhões à Petrobras e à Petrobras Distribuidora por não cumprir contratos de patrocínio relativos a "Chatô - O Rei do Brasil".

Os recursos para o filme baseado na obra homônima de Fernando Morais, que segue inédito, começaram a ser captados em 1996.

Fontes recebeu aportes das empresas, mas não concluiu o longa no prazo previsto. Em 2006, as patrocinadoras entraram com processo para reaver o dinheiro.

Ele não foi encontrado para comentar a sentença. Fernanda Lins, sua advogada, disse que recorrerá da decisão do juiz Paulo Roberto Frago, divulgada anteontem, mas que não daria declarações por não ter tido acesso ao teor da sentença.

26 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

Juíza manda AL 'republicar' atos dos últimos 5 anos

Sob pena de multa diária
de R\$ 10 mil, Legislativo
tem 30 dias para revelar
movimentações de servidores

José Lazaro Jr.
Reportagem Local

Curitiba - A Assembleia Legislativa (AL) do Paraná tem 30 dias para republicar todas as informações funcionais dos últimos cinco anos, como a nomeação, exoneração e aposentadoria dos servidores que trabalharam na instituição neste período. A medida, determinada pela Justiça Estadual, decorre de ação movida pelo Ministério Público (MP) do Estado em maio de 2010, quando veio à tona um esquema milionário de desvio de dinheiro público dentro da AL, baseado na nomeação de "funcionários-fantasmas".

De agora em diante, a instituição fica legalmente obrigada a publicar todos os seus atos administrativos no Diário Oficial do Estado e na internet, para garantir a transparência dos procedimentos. Edições avulsas, como as utilizadas para "camuflar" irregularidades, estão proibidas. As medidas serviriam para desencorajar novos "atos secretos".

Em sua decisão, a juíza Caroline Basso alega que a utilização solitária do periódico Diário da Assembleia, que chegou a ter edições de somente quinze exemplares, fere

a moralidade administrativa. "A AL acabou agindo fora dos padrões de boa-fé e honestidade que devem nortear a sua atuação, pois diversos atos administrativos de grande importância e impacto financeiro deixaram de ser levados ao conhecimento da população e, nesse aspecto, foram retirados da esfera de controle dos cidadãos", alerta.

Desde fevereiro de 2011, rebateu a Procuradoria Jurídica da AL, a instituição já cumpre com as determinações fixadas pela Justiça Estadual. Na época, o deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB), presidente da AL, determinou o fechamento da gráfica própria da instituição e a divulgação dos atos administrativos passou a ser realizada junto com o governo do Paraná, inclusive na internet. O feito motivou o MP a considerar cumpridas as exigências inicialmente feitas à Justiça Estadual, dispensando a republicação dos dados funcionais.

"(A republicação) implicaria em esforços demasiados para o órgão legislativo, em razão da notória desordem que lá imperou, sem que haja efeitos práticos suficientes que justifiquem tal medida", disse o MP

no processo analisado pela Justiça Estadual. Apesar disso, a juíza Caroline Basso manteve a obrigatoriedade da republicação na decisão final. A ordem será analisada pela Procuradoria da AL, pois o seu descumprimento implica em multa diária de R\$ 10 mil.

Nove pessoas já foram condenadas pela Justiça por envolvimento neste esquema de desvio de dinheiro público, com penas variadas. Oito processos criminais ainda tramitam na Justiça, assim como ação de improbidade administrativa movida pelo MP, que pede a responsabilização dos antigos gestores da AL.

FOLHA DE LONDRINA

JOÃO EUGENIO FERNANDES DE OLIVEIRA

O uso de algemas

Aos amigos a lei, aos inimigos o rigor dá lei. Esta famosa frase, a quem não posso atribuir a autoria, satisfaz o pensamento acerca de como as leis são aplicadas a uns e não a outros. O ex-prefeito de Londrina José Joaquim Ribeiro pagou pelo ato que cometeu. E pagou bem caro. Perdeu a grande chance de colocar seu nome na história de Londrina. Aliás, o colocou na história, mas com certeza não da forma que queria.

Mas não escrevo aqui para defender ou acusar Ribeiro. Isso caberá aos órgãos oficiais competentes, coisa que já o fizeram.

Escrevo para falar destes mesmos órgãos acusadores que, apesar de cumprirem muito bem seu papel constitucional de perseguirem os transgressores das leis, não são capazes de seguir as regras mais comezinhas do Estado.

Isto porque os órgãos que fiscalizam se a lei está sendo cumprida - e quando não está, pelo menos aqui em Londrina, perseguem os transgressores avidamente - também devem cumpri-la quando a lei é voltada para uma atitude sua.

Explico: se o policial prende o esturpador, por mais vontade que dê nele, e na própria população, de apedrejar aquele sujeito até a morte, qualquer ato que pratique que não seja aquele previsto na lei, como, por exemplo, torturar o acusado pela confissão, será um ato ilegal e, tecnicamente, equiparado ao ato do bandido.

José Ribeiro errou e deverá pagar pelo erro se a Justiça assim o condenar. Mas por enquanto ele não passa de acusado.

Tanto que a própria imprensa, temente a sofrer algum processo de indenização por violação ao direito da honra e imagem dos acusados, incorporaram um adjetivo em todas as reportagens que tratam de acusados pela Justiça, polícia ou Ministério Público: suposto. Tudo nas reportagens não passa de suposição. O suposto crime, da suposta quadrilha, do suposto desvio de dinheiro, da suposta fraude à licitação. Até o acusado se transforma em suposto acusa-

do às vezes. Só não vi ainda a figura do suposto juiz e suposto promotor.

Volto ao assunto. Ribeiro é um homem de mais de 70 anos. Franzino, de estatura baixa, não deve pesar mais que 70 quilos. Eu me pergunto: para que algemá-lo? As fotos publicadas nos meios de comunicação quando de sua chegada a Londrina após sua prisão mostram o ex-prefeito saindo de um camburão, rodeado de militares armados com pistola .40, de fotógrafos, cinegrafistas, jornalistas e muitas outras pessoas que nem couberam nas imagens.

Há alguma necessidade de utilização de algemas? Havia risco de fuga? Poderia Ribeiro aplicar algum golpe de arte marcial, imobilizar os policiais e sair correndo? Poderia então Ribeiro se valer de sua vantagem física e tomar algum inocente como refém e exigir sua soltura? Creio que nada disso era possível e, por isso, considero o uso de algemas em Ribeiro absolutamente ilegal.

É bom lembrar que Ribeiro está preso provisoriamente. Ele ainda não foi julgado, muito menos condenado, então não pode ser tratado como culpado, ainda é acusado.

A questão da utilização das algemas já foi sacramentada pelo Supremo Tribunal Federal com a edição da súmula vinculante nº 11 e consagrou o uso das algemas como absoluta exceção. Eis o texto da súmula: "Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada

por excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado".

Não sou defensor de Ribeiro, mas questiono se os mesmos acusadores dele serão capazes de perseguir aqueles que transgrediram a súmula do Supremo Tribunal Federal? Ou a frase do início do texto é verdadeira?

JOÃO EUGENIO FERNANDES DE OLIVEIRA
é advogado em Londrina

**Havia risco de fuga?
Poderia Ribeiro aplicar
algum golpe de arte
marcial, imobilizar
os policiais e sair
correndo? Por isso,
considero o uso de
algemas em Ribeiro
absolutamente
ilegal**

26 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

Senado retomará em outubro sabatina de Teori Zavascki

Brasília - O Senado vai retomar a sabatina do ministro Teori Zavascki, indicado para o Supremo Tribunal Federal (STF), somente depois das eleições municipais de outubro. Como não há novas sessões do plenário da Casa convocadas para antes das eleições, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), decidiu adiar a sabatina.

"De que adianta fazer a sabatina na comissão, se não poderemos votar a indicação no plenário? Acho que o Congresso não funciona antes do dia 7 de outubro. Eu mesmo tenho dois comícios amanhã (hoje) do meu ex-coordenador de campanha", disse o senador.

A sabatina teve início ontem à tarde na comissão, mas foi suspensa quando começou a votação da medida provisória do Código Florestal no plenário do Senado. Pelo regimento da Casa, as comissões não podem realizar sabatinas ou votações paralelamente às votações plenárias. Apenas cinco dos 25 senadores inscritos para fazer perguntas a Zavascki na sabatina conseguiram realizar os questionamentos.

Na sabatina, o futuro ministro do STF não respondeu se vai participar do julgamento do mensalão na Corte caso seja eleito. Zavascki deixou a decisão nas mãos do plenário do STF. Segundo ele, cabe à

'Participação no julgamento do mensalão cabe à Corte'

Corte decidir sobre a participação de um ministro em um julgamento que está em curso. "Quem decide sobre a participação de um juiz é o órgão colegiado do qual ele vai fazer parte", afirmou. Zavascki disse, porém, que quando um juiz se manifesta previamente a respeito de uma ação, ele fica impedido de atuar no processo - numa sinalização de que não descarta entrar no julgamento. "Esse caso que está em andamento no STF, eu não tenho ideia do que terei que decidir se for decidir. De modo que eu não acho que possa ou deva me pronunciar sobre esse caso que está em curso no STF", afirmou.

Zavascki disse ainda que não vai pedir vista do processo do mensalão se for aprovado como novo ministro do Supremo por considerar ser "incoerente" estar habilitado para participar do julgamento e pedir tempo para analisá-lo. "Dar-se por habilitado significa estar em condições de votar imediatamente. Significa dizer que há uma contradição dar-se por habilitado e pedir vista", afirmou.

Mesmo sem responder, Zavascki disse que entende que o seu voto não vai alterar o resultado do julgamento do mensalão em favor dos réus se ele terminar empatado entre os dez ministros da Corte. "A agregação de um voto a mais no julgamento de um processo criminal com dez membros é absolutamente irrelevante. Ou vai produzir resultado 7 a 4, ou de 6 a 5. O resultado final será absolutamente igual. Se houver empate de 5 a 5, tendo o presidente votado, o 11º voto jamais pode beneficiar o acusado. Porque o acusado está beneficiado pelo empate. O 11º voto só pode prejudicar o acusado", afirmou.

CLÁUDIO HUMBERTO

"Juiz que não ouviu o relatório não participa do julgamento"
Teori Zavascki, futuro ministro do STF, sinalizando que não julgará o mensalão

26 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

Ação pede indenização por dano ao meio ambiente

Curitiba - A Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente do Ministério Público do Paraná (MPPR) ajuizou ação civil pública de indenização por dano ao meio ambiente contra a Sanepar. Na liminar, o MP requer que a Justiça determine à empresa a descontaminação da água do Rio Iguaçu, além de fazer a reestruturação da ETE Padilha do Sul, em Curitiba.

Este pedido não se refere às denúncias divulgadas pela Operação Iguaçu-Água Grande, desencadeada na semana passada. Conforme a Promotoria, esta ação tramita desde 2010, na Justiça e aguarda decisão junto à Vara de Fazenda Pública de Curitiba.

Na ação, assinada pelo promotor de Justiça Sérgio Luiz Cordoni, o MP pede "que seja determinada à Sanepar a obrigação de fazer no prazo máximo de 60 dias, contado da intimação, o tratamento de efluentes na ETE Padilha do Sul, sob pena do pagamento de uma multa diária a ser arbitrada pela Justiça".

Ontem à tarde agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), acompanhados de policiais federais, inspecionaram novamente a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Belém, da Sanepar, para verificar irregularidades apontadas na Operação Iguaçu-Água Grande, que estariam em desacordo com a legislação ambiental.

Em nota, a assessoria da Sanepar informou que a "ETE Belém é uma das maiores do Paraná, (e) funciona de acordo com todos os parâmetros da legislação ambiental". A empresa lembra que, desde 2006, já foram investidos R\$ 21 milhões em obras de manutenção e modernização da Estação. Outros R\$ 100 milhões serão investidos nos próximos anos. A Sanepar afirmou ainda que "lamenta o fato de, a todo momento, serem feitas afirmações inverídicas e acusações sem sustentação ao trabalho da empresa".

26 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Dilma ignorava Pertence e até suas indicações

Dilma não dava a mínima para o ex-presidente da Comissão de Ética da Presidência da República Sepúlveda Pertence. Nem despachavam. Trocaram palavras pela última vez na posse do ministro Carlos Ayres Britto na presidência do STF, em abril. Ela mandou dizer pelo ministro Gilberto Carvalho, o secretário-geral, que os nomes por ele sugeridos, de atuação independente, não seriam reconduzidos. Foi a gota d'água.

THIAGO NASSIF

Cinema e Direito

Amanhã será retomado o ciclo "Cinema e Direito", realizado pela OAB-Subseção Londrina. Neste mês, o filme em cartaz é "O Vento será sua Herança", drama em que professor de uma cidade do Tennessee é acusado e levado a julgamento por ensinar a seus alunos a teoria evolucionista de Charles Darwin, que está em confronto direto com o texto bíblico sobre a Criação. Sessão marcada para as 19 horas, no auditório da OAB.

26 SET 2012

METRO

Assembleia é obrigada a publicar diários

O Justiça determinou ontem que a Assembleia Legislativa publique, no Diário Oficial do Estado do Paraná, todas as contratações, exonerações e aposentadorias de servidores ocorridos nos últimos cinco anos.

A ação teve início em maio de 2010, quando promotores do Ministério Público viram que alguns atos estavam sendo publicados apenas no diário da assembleia, em que “a população do Estado somente tinha acesso a aproximadamente quinze exemplares”, segundo um trecho da decisão.

A Assembleia informou que desde fevereiro de 2011 fechou a gráfica da casa, e a partir desta data todos os atos já foram publicados no Diário Oficial.

MP move ação contra a Sanepar

O MP-PR (Ministério Público do Paraná), através da Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio, ajuizou ação civil pública de indenização por dano ao meio ambiente contra a Sanepar.

Na ação, o MP pede que a Justiça determine à empresa a descontaminação da água do Rio Iguaçu e a reestruturação da Estação de Tratamento de Esgoto Padilha do Sul, em Curitiba.

A Sanepar informou que a Estação de Tratamento de Esgoto Belém funciona de acordo com todos os parâmetros da legislação ambiental e que mantém contrato com empresas de limpa-fossa, que despejam o esgoto coletado na Estação.

Hoje, às 11h, os empregados da Sanepar vão abraçar o prédio, em um ato simbólico de apoio a empresa.

Curitiba recebe urnas

Ontem a Justiça Eleitoral carregou e lacrou as urnas eletrônicas que serão utilizadas para a votação em Curitiba. Faltando 12 dias para as eleições, a Justiça vai começar a distribuir os aparelhos.

26 SET 2012

METRO

Justiça proíbe grevistas de bloquear agências

● HSBC e Itaú conseguem liminares e bancários estão proibidos de realizar piquetes ● Greve chega ao 8º dia ● Assembleia será realizada hoje

As agências do HSBC e do Itaú, em Curitiba, conseguiram na Justiça liminares que proíbem que os grevistas bloqueiem as entradas e saídas de pessoas dos bancos.

Na ação movida pelo HSBC, a decisão foi da Sétima Vara do Trabalho, que determinou uma multa diária de R\$ 50 mil. No caso do banco Itaú, o pedido foi deferido na 9ª Vara do Trabalho e o valor da multa é de R\$ 10 mil. O banco Santander também entrou com o pedido de liminar, mas ela foi indeferida pela 13ª Vara do Trabalho por não ter sido constatado impedimento das pessoas na entrada do estabelecimento.

Hoje, às 17h, os bancários realizam uma assembleia para avaliar a proposta apresentada ontem pela Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) de reajuste salarial de 7,5%. A categoria pede 10,25%.

De acordo com o sindicato dos bancários, 338 agências bancárias ficaram fechadas ontem em Curitiba e na região metropolitana, além de nove centros administrativos. A estimativa é de que 10 mil trabalhadores estejam de braços cruzados.

251

agências ficaram fechadas ontem em Curitiba e 87 na região metropolitana, segundo o sindicato.

26 SET 2012

METRO

Justiça reconhece tortura em Herzog

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que o atestado de óbito de Vladimir Herzog terá de dizer que o jornalista morreu em consequência de lesões e maus-tratos sofridos durante interrogatório em dependências do DOI-Codi, sigla do Destacamento de Operações de Informações. O atestado anterior afirmava que Herzog se suicidou.

Herzog foi morto em 25 de outubro de 1975. As autoridades divulgaram uma foto em que ele aparecia enforcado com o próprio cinto, para confirmar que ele havia se suicidado. Mas a própria imagem desmentia a versão, que jamais foi aceita pela família e pelos amigos. O jornalista estava com as pernas dobradas e o pescoço tinha marcas de estrangulamento.

Na sentença, o juiz Márcio Martins Bonilha Filho, da 2ª Vara de Registros Públicos, disse que “seria iníquo o martírio da viúva e dos familiares e uma afronta à consciência pública nacional a renovação da investigação sobre a causa mortis.”

Para Bonilha Filho, há muito ficou apurado que o jornalista perdeu a vida em razão dos maus-tratos e de lesões sofridas em procedimentos de tortura.

O magistrado atendeu pedido da Comissão Nacional da Verdade, encarregada de esclarecer violações de direitos humanos durante a ditadura, entre 1964 e 1985.

26 SET 2012

METRO

Teori Zavascki deixa dúvida sobre julgamento do mensalão

Indicado para ser ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Teori Zavascki ficou apenas uma hora e doze minutos na sabatina ontem na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado.

Questionado pelos senadores sobre a eventual participação dele no julgamento do mensalão no STF, o ministro alegou impedimento pela Lei Orgânica da Magistratura de se manifestar sobre os processos em

curso, sob o risco de não poder julgá-lo no futuro. Afirmou que, em tese, um juiz não participaria de um caso sem ter discutido ou ouvido a leitura do relatório.

A explicação convenceu os senadores, parcialmente. "Eu não vou qualificar a palavra do ministro do STJ de escorregadio ou quiabo, mas não fiquei satisfeito com a resposta", afirmou o senador Pedro Taques (PDT-MT).

Lewandowski julga réus do PTB e PMDB

No julgamento do mensalão no STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Ricardo Lewandowski retoma hoje a leitura do voto sobre o capítulo que trata da compra de apoio político. Serão analisados os crimes cometidos pelos quatro réus ligados ao PTB e ao PMDB.

O ministro relator, Joaquim Barbosa, votou pela condenação pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha do ex-líder do PMDB José Borba; do ex-tesoureiro do PTB Emérson Palmieri; do ex-deputado

Romeu Queiróz; e do delator do mensalão, Roberto Jefferson.

Caso Lewandowski mantenha a interpretação apresentada até agora, deverá condenar os parlamentares que receberam recursos vindos dos empréstimos de Marcos Valério por corrupção, mas absolver pela acusação de lavagem de dinheiro.

A decisão do ministro revisor deverá beneficiar Roberto Jefferson, que é acusado pelo Ministério Público pelos dois crimes.

26 SET 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Estado vai pagar R\$ 25 mi em pequenos precatórios

O primeiro lote, com 600 precatórios, totaliza R\$ 11 mi e o segundo R\$ 14 mi

O governador Beto Richa anunciou ontem o pagamento, pelo Estado, de dois lotes de precatórios de pequeno valor (até R\$ 70 mil). A medida vai beneficiar 1.108 credores do Estado, que juntos têm a receber R\$ 25 milhões. Os valores do primeiro lote já estão liberados. A documentação relativa ao segundo lote está pronta para ser encaminhada ao Tribunal de Justiça, para liberação do pagamento. A medida resolve uma pendência de mais de 10 anos.

O anúncio foi feito pelo governador durante a solenidade em comemoração aos 66 anos da Procuradoria Geral do Estado do Paraná (PGE). “Estamos saldando uma dívida que o Estado tem com as pessoas que detêm esses precatórios”, disse Richa.

O primeiro lote, com 600 precatórios, totaliza R\$ 11 milhões. O segundo tem 508 precatórios e soma R\$ 14 milhões. Os ofícios referentes aos precatórios foram entregues simbolicamente aos advogados das partes interessadas pelo governador e pelo procurador-geral do Estado, Julio Cesar Zem Cardozo.

Segundo o secretário da Fazenda, Luiz Carlos Haully, o pagamento de precatórios aos pequenos credores atende pessoas que esperaram por muitos anos para receber uma dívida, fruto de ação contra

o Estado. “Antes não havia regra definida, os governos pagavam o que queriam. A decisão de atender os precatórios com valores de até R\$ 70 mil é uma demonstração de sensibilidade do governo, evidenciada também no tratamento dado aos pequenos devedores”, afirmou Haully.

“Nós já isentamos o pagamento de dívida das pequenas empresas que deviam até R\$ 10 mil e agora pagamos precatórios que há mais de 10 anos não tinham solução”, lembrou o governador.

De acordo com o procurador-geral do Estado, a quitação dos precatórios resolve uma situação há muito tempo pendente. “O Estado do Paraná possui 3.353 precatórios inscritos aguardando pagamento. Com essa medida, cerca de 33% serão quitados. Isso é bom para os credores e também para o Estado”, afirmou o procurador.

O governador também entregou ontem 16 veículos para as sedes regionais da PGE. A entrega dos automóveis faz parte do processo de reestruturação do órgão, que inclui a abertura de 16 regionais, ampliação das atuais sedes, a contratação de novos procuradores e a criação da Escola Superior da PGE. Também foi anunciada a compra de uma nova sede para a PGE, que deverá ser formalizada nos próximos dias.

Segundo o governador, o fortalecimento da PGE é essencial para a defesa dos interesses do Estado, a recuperação de créditos fiscais e o aumento da arrecadação. Recentemente o governador empossou 65 procuradores aprovados em concurso público e está em andamento novo concurso para reforçar os quadros da procuradoria.

Richa também anunciou que na semana que vem o governo do Estado vai depositar R\$ 7 milhões para amortizar a dívida de R\$ 10 milhões que o Estado do Paraná tem com os advogados dativos e com a OAB Paraná. No ano passado o governo já havia pago R\$ 2 milhões da dívida, que tem mais de 10 anos.

Em homenagem aos 66 anos de criação da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, os Correios lançaram um selo personalizado.

26 SET 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Novo regimento interno do TJ-MG entra em vigor

O novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais entrou em vigor ontem. Entre as alterações está a extinção dos grupos de câmaras cíveis e a transferência da competência deles para as câmaras isoladas, o que agiliza o julgamento, pois as câmaras isoladas se reúnem mais vezes que os grupos.

O novo regimento também permite que sejam julgados virtualmente os processos em que não se admite sustentação oral. A opção por essa modalidade de julgamento fica a critério da turma julgadora.

Está prevista também a criação de um grupo especializado para tratar das ações coletivas relacionadas ao direito de gre-

ve dos servidores estaduais e municipais. “É uma novidade decorrente de uma decisão do Supremo Tribunal Federal e um grande desafio. Essa especialização é necessária porque envolve uma situação que requer negociação, tentativa de conciliação e uma série de especificidades”, explica o desembargador Edgard Penna Amorim, membro da comissão especial de elaboração do projeto do novo Regimento Interno.

O novo regimento alterou a denominação da Corte Superior para Órgão Especial e permite a sustentação oral em Agravo de Instrumento e Agravo Interno. E parte da uniformização de jurisprudência passa a ser feita por câmaras criadas para esse fim.

26 SET 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Joaquim Barbosa expõe conflito jurisprudencial no Supremo

O que o Supremo vai discutir é o que pode ser considerado como “antecedentes”

O Ministério Público quer pressa no julgamento do Recurso Extraordinário 591.054, cuja Repercussão Geral foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal em outubro de 2008. De relatoria do ministro Marco Aurélio, o caso trata da possibilidade de considerar processos criminais em andamento como “maus antecedentes” para o cálculo de pena base. O mérito do recurso ainda não foi discutido.

A discussão leva em conta o artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, segundo o qual “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. É o princípio da não culpabilidade.

Já o artigo 59 do Código Penal diz que “o juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá [as penas e a dosimetria], conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime”. O que o Supremo vai discutir é o que pode ser considerado como “antecedentes”.

O debate não ficou de fora do julgamento da Ação Penal 470, o processo do mensalão. Ficou mais evidente com o vazamento de parte do voto do relator, ministro Joaquim Barbosa. No item 4, que tratou do chamado “núcleo financeiro”, Barbosa considerou a existência de processos criminais em andamento como maus antecedentes para o cálculo da pena.

No caso de Marcos Valério, por exemplo, Barbosa diz que “se verificam não uma, mas inúmeras ações penais contra o réu, algumas delas com sentença condenatória”. E conclui que o empresário “ostenta maus antecedentes”. Essas sentenças, no entanto, foram objeto de recursos ainda não julgados.

José Roberto Salgado, ex-dirigente do Banco Rural e também réu no mensalão, é outro exemplo, e dos mais evidentes, da sensibilidade da questão. Ele tem 23 ações penais em curso e “ostenta maus antecedentes”, no entendimento de Joaquim Barbosa. Não tem condenações. Barbosa faz a mesma conta com todos os réus do item 4 que são também réus em outras ações.

No Supremo há vozes em todos os sentidos da discussão. O ministro Joaquim Barbosa, no julgamento do mensalão, manteve-se coerente com o que sempre defendeu.

26 SET 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

tribuninhas

Empresa condenada por demitir funcionário em tratamento

A 1.ª Vara do Trabalho de Araucária condenou a empresa Imcopa Importação Exportação e Indústria de Óleos Ltda, a pagar indenização de R\$ 110 mil, por danos morais, ao trabalhador demitido quando se recuperava de cirurgia para tratar de câncer. Ele trabalhou na empresa por cerca de 5 anos. Em maio de 2008, foi operado para retirada de tumor de glândula suprarrenal, depois diagnosticado como maligno. Em julho daquele ano, a empresa rescindiu o contrato. Ele apresentava sintomas de letargia e dor abdominal, além de quadro de abalo psíquico. Perícia médica psiquiátrica apontou que a dispensa no período pós-operatório "acarretou complicações relevantes e significativas não só orgânicas, mas também no campo psíquico".

A Imcopa recorreu, mas depois desistiu. O processo está em fase de execução e não cabe mais recurso. Em nota, a direção da empresa informa que vai cumprir a decisão, mas ressalta que "a rescisão do contrato de trabalho do autor em hipótese alguma decorreu da doença que o acometia". Segundo a empresa, "o sentimento, embora de absoluto respeito aos comandos judiciais, é de indignação e, ao mesmo tempo, de certeza que (...) a Imcopa agiu sempre da maneira mais solidária e responsável possível, tendo à época prestado todo apoio ao trabalhador e sua família".

Precatórios

O governo vai pagar dois lotes de precatórios de pequeno valor (até R\$ 70 mil) a 1.108 credores do Estado, que juntos têm a receber R\$ 25 milhões. A medida resolve pendência de mais de 10 anos.

Assembleia

A juíza Caroline Delduque Sennes Basso, da 3.ª Vara da Fazenda Pública, determinou que a Assembleia Legislativa publique todos os atos de investidura, exoneração e aposentadoria de servidores ocorridos nos últimos cinco anos no Diário Oficial e nos sites oficiais do Estado. A Casa também está proibida de usar edições avulsas e não numeradas de diários. Em nota, a Procuradoria Geral da Assembleia informa que desde o início da atual gestão, em fevereiro de 2011, "cumpre rigorosamente com estas determinações, em respeito aos superiores princípios de legalidade, moralidade, publicidade e transparência que devem nortear a administração pública", por isso não recorreu da decisão.

Indenização

O Estado do Paraná foi condenado a pagar R\$ 15 mil por dano moral a Odair José da Silva, preso injustamente sem ter sido condenado. De acordo como Tribunal de Justiça, em 1997, Odair foi denunciado por receptação e teve prisão preventiva decretada. Posteriormente, o Ministério Público pediu que a punição fosse extinta por prescrição de prazo. Mesmo assim, quatro anos depois, o mandado de prisão foi cumprido em Campo Grande (MS) e ele ficou preso por dois dias.

26 SET 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Condenada por fingir orgasmos

A publicitária Mara Rocha, de 23 anos, foi condenada em primeira instância por simulação de orgasmo na conclusão de atos libidinosos. O autor do processo alegou ter a honra vilipendiada após a sua ex-mulher ter publicado na rede social a frase: "Fingir orgasmo? Quem nunca?". Carlos Cavalcanti, 43, é professor de Educação Física. Ele sempre teve sua imagem associada à qualidade de vida e a metrosssexualidade, mas passou a ter a virilidade questionada por amigos e alunos. A repercussão da postagem de Mara foi intensa no círculo de amigos em comum.

Assim que teve acesso ao conteúdo da publicação o professor cobrou explicações de sua ex-mulher, e ela ironicamente teria respondido: "não citei nomes, mas se a capuça te serviu fique a vontade". Na sequência a publicitária fez nova postagem: "o infeliz ao invés de ficar tentando satisfazer seu ego deveria é aprender a satisfazer uma mulher na cama". Esta segunda postagem foi a gota d'água para o professor buscar a reparação de sua honra na Justiça. O juiz Antonio Ribeiro Rocha do 2.º Juizado Cível de Vitória acatou a denúncia por difamação e calúnia condenando Mara a indenizar o marido em 10 salários mínimos pelos crimes denunciados e também por tê-lo iludido durante os 3 anos de casamento. Apesar de ainda caber recurso a publicitária afirmou que não pretende recorrer nem desmentir as afirmações postadas.

26 SET 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça assume 2 mil presos e esvazia delegacias

Secretaria da Justiça assume o Centro de Triagem 2 da Polícia Civil

A Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos assume, na próxima segunda-feira (1º), a administração do Centro de Triagem 2 da Polícia Civil do Paraná. A unidade tem 1.432 presos e até agora estava sob a gestão da Secretaria da Segurança Pública. A decisão foi tomada ontem (25), durante a segunda reunião dos secretários da Justiça, Segurança Pública, Administração, Casa Civil e o chefe de gabinete do governador Beto Richa, além dos comandos da Polícia Militar e Polícia Civil.

Outra deliberação do grupo foi que, a partir do dia 10 de outubro, 600 mulheres presas em delegacias de todo o Estado serão transferidas para a unidade feminina da antiga Penitenciária Central do Paraná, em Piraquara. No encontro também foi estabelecido um prazo de 60 dias para que sejam esvaziadas três cadeias públicas da capital. Todos os presos do 1º, do 5º e do 8º Distritos Policiais serão absorvidos pelo sistema penitenciário do Estado.

Na primeira reunião do grupo, na semana passada, ficou decidido pela criação de 2.130 novas vagas no sistema penitenciário paranaense. O Centro de Triagem passará a se chamar Casa de Custódia de Piraquara (CCP). Os encontros intersecretarias estão contribuindo para que o governo dê passos importantes para a retirada de presos de delegacias de polícia no Paraná.

26 SET 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Dilma com Ducci

O presidente do TRE, Rogério Kanayama, liberou o uso da imagem da presidente Dilma na propaganda eleitoral de Luciano Ducci. O tribunal entendeu que o uso que é feito da imagem da presidente é por meio de uma mensagem pública em relação à qualidade do projeto de Curitiba para o metrô.

Google condenado

A Justiça Eleitoral de Cascavel, condenou a Google Brasil Internet Limitada ao pagamento de R\$ 1 milhão, por dia, por descumprir uma ordem judicial, em primeira instância, do juiz Valmir Cosechen. O juiz também determina que a Anatel seja comunicada para tomar providências administrativas e cabíveis quanto ao descumprimento de ordem Judicial. A empresa é acusada de manter no ar três vídeos com expressões ofensivas por perfis falsos no Youtube contra o candidato à reeleição Edgar Bueno (PDT).

Ex-prefeito solto

O ex-prefeito de Londrina José Joaquim Ribeiro (sem partido) conseguiu a liberdade provisória ontem depois de passar quase cinco horas na sede do Ministério Público (MP) e afirmar, pela segunda vez aos promotores de Defesa do Patrimônio Público, que ficou sim com R\$ 50 mil da propina de R\$ 150 mil que pegou de empresários que forneceram uniformes para o município.

Sabatina de Teori Zavascki fica para depois das eleições

A conclusão da sabatina e votação no Senado da indicação de Teori Zavascki para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga aberta com a aposentadoria compulsória de Cezar Peluso, deverá ocorrer somente após as eleições municipais. O ministro do Superior Tribunal de Justiça começou a ser sabatinado pelos senadores ontem (25) na Comissão de Constituição e

Justiça (CCJ), mas a reunião precisou ser suspensa para o início da ordem do dia. De acordo com o presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), diante do calendário eleitoral, a comissão só será convocada para concluir a sabatina e votar a indicação de Zavascki para o Supremo quando houver quórum suficiente para votação também no plenário do Senado.

26 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo veta uso privado de carro oficial por magistrado

O uso de carros oficiais para fins pessoais, especialmente por juizes auxiliares, levou a diretoria-geral do Supremo Tribunal Federal a distribuir um oficio no qual lembra que os motoristas da Corte não são contratados para levá-los a bares, restaurantes ou shoppings. Também não podem ser usados para carregar as compras de supermercado feitas pelos magistrados ou para buscar seus filhos na escola.

O tribunal já dispunha de uma regulamentação sobre o uso de carros oficiais, mas a regra era ignorada. Conforme relatos de funcionários do Supremo, um dos magistrados que auxiliam a presidência da Corte pediu que o motorista o levasse e o buscasse num bar localizado no Shopping Iguatemi, localizado em área nobre de Brasília. O caso subiu os escalões do STF e se materializou na nota com a "recomendação" de conduta.

Um dos motoristas, que pediu para não ser identificado, afirmou que um colega já teve de aguardar um magistrado fazer compras no supermercado para depois levá-lo para casa. Em outra ocasião, teve também de buscar o filho do juiz na escola.

O caso mais frequente é o uso de carros oficiais para se deslocar até o aeroporto JK. A maioria dos juizes vem de fora de Brasília. Ao final da semana, muitos querem voltar para suas cidades. As passagens não são pagas pelo Supremo, mas muitos juizes pedem ao motorista do tribunal que os ao aeroporto.

Irregular. O oficio encaminhado pelo diretor-geral do Supremo, Amarildo Vieira de Oliveira, alerta aos servidores e juizes que o uso dos carros oficiais para levá-los ao aeroporto é irregular

mesmo que estejam viajando a trabalho. De acordo com informações do tribunal, os servidores e juizes recebem diária, valor que já traz embutida uma verba para táxi. Assim, quando usam o carro oficial acabam por embolsar essa verba extra.

"De ordem do presidente desta Corte e com o fim de orientar todos sobre a correta utilização dos recursos públicos, informo a Vossa Senhoria que os serviços de transporte oficial do tribunal é restrito às atividades de cunho institucional", informa o diretor-geral no documento.

Os juizes auxiliares não dispõem, em suas atividades, de carro e motorista próprio. Quando precisam, eles solicitam o serviço de um motorista.

No Conselho Nacional de Justiça, o uso de carro oficial por juizes auxiliares serviu de pretexto, durante a gestão do ex-presidente Cezar Peluso, para que conselheiros defendessem a compra de carros próprios e a contratação de motoristas exclusivos para atendê-los.

De acordo com a assessoria do STF, um segundo memorando permitiu que os juizes auxiliares usem os veículos oficiais para se deslocarem até o aeroporto em caso de viagem a serviço.

26 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Mendes critica nota de Dilma que contesta relator

Para ministro, depoimento da presidente 'vale como os outros' e não cabe à Corte 'buscar a interpretação autêntica do depoente'

Em novo sinal da tensão que envolve o Planalto e o Supremo Tribunal Federal por causa do julgamento do mensalão, o ministro Gilmar Mendes criticou ontem a decisão da presidente Dilma Rousseff de divulgar uma nota oficial, na sexta-feira, um dia depois de ter sido citada em sessão da Corte. "O depoimento dela vale como todos os outros. Não é assim que se diz na República?", afirmou Mendes.

O ministro questionou a reação da presidente após citação feita pelo relator do caso, ministro Joaquim Barbosa. Para sustentar a tese de que houve compra de votos no Congresso, o relator citou depoimento dado por Dilma à Justiça em 2009, quando era ministra-chefe da Casa Civil, no qual afirmou ter ficado surpresa com a rapidez na votação do marco regulatório do setor elétrico. No início do governo Lula, Dilma ocupou a pasta de Minas e Energia.

A presidente emitiu uma nota de "esclarecimento" na sexta-feira, sugerindo que suas afirmações foram tiradas de contexto. Na sessão do Supremo, Barbosa defendeu a punição de réus políticos acusados de envolvimento no esquema. No texto oficial, Dilma afirmou que eram necessários "esclarecimentos" para eliminar quaisquer dúvidas sobre seu depoimento e afirmou que as relações entre o Executivo e o Judiciário são marcadas pelo "absoluto respeito".

Ontem, Mendes disse que o episódio "é apenas um acidente nesse processo", depois de participar de uma sessão de julgamen-

to nas turmas do Supremo. "Imagine se, cada vez que um tribunal tiver de se debruçar sobre depoimentos, tiver de buscar a interpretação autêntica do depoente. Imagina o que vai representar isso", afirmou. "Vocês imaginam quantos depõem na CPMI, inquéritos policiais, perante o juiz, e agora alguém diz que o que o relator disse não é exatamente. Isso vai anular o julgamento?"

Em maio, o próprio Mendes foi protagonista de uma polêmica envolvendo o julgamento. Na época, a revista *Veja* relatou um encontro entre ele e Lula no escritório do ex-ministro Nelson Jobim, no qual o ex-presidente teria feito uma oferta velada para evitar o início do julgamento do mensalão no período eleitoral. Mendes confirmou o teor da reportagem; Lula negou.

Convivência. Alvo da resposta de Dilma, Barbosa evitou comentar a nota. Em novembro, o relator do mensalão assume a presidência do STF e, provavelmente, terá de se relacionar com mais frequência com Dilma. Ele substituirá Carlos Ayres Britto, que terá de se aposentar compulsoriamente em novembro, ao completar 70 anos.

Na nota divulgada na semana passada, Dilma destacou que, após a crise na geração e transmissão de energia, em 2001 e 2002, o governo mandou para o Congresso medidas provisórias para criar o marco regulatório do setor e garantir o abastecimento de energia elétrica.

"Na sessão do STF, o senhor ministro Joaquim Barbosa des-

tacou a 'surpresa' que manifestei no meu depoimento judicial com a agilidade do processo legislativo sobre as MPs. Surpresa, conforme afirmei no depoimento de 2009 e repito hoje, por termos conseguido uma rápida aprovação por parte de todas as forças políticas que compreenderam a gravidade do tema", disse a presidente. "Como disse no meu depoimento, em função do funcionamento equivocado do setor até então, ou se reformava ou o setor quebrava. E quando se está em situações limites como esta, as coisas ficam muito urgentes e claras."

• Réplica

"Imagine se, cada vez que um tribunal tiver de se debruçar sobre depoimentos, tiver de buscar a interpretação autêntica do depoente. Imagina o que vai representar isso (...)"

MINISTRO GILMAR MENDES, DO STF, REAGINDO A NOTA DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

26 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz revoga censura a blog do 'Estado'

Magistrado determinou na semana passada retirada de post sobre o prefeito de Macapá e candidato à reeleição, Roberto Goés (PDT)

O juiz eleitoral Adão Gomes de Carvalho revogou ontem a censura que ele próprio impusera ao blog do Estadão "Direito de Brasília", produzido pelo jornalista João Bosco Rabello, diretor da sucursal de Brasília. O juiz determinara a retirada da matéria *Um prefeito sob controle judicial*, informando que o prefeito de Macapá e candidato à reeleição, Roberto Goés (PDT), faz campanha sob restrições judiciais.

Preso na Operação Mãos Limpas, em 2010, ele não pode frequentar bares e restaurantes à noite nem se ausentar da capital sem autorização judicial. A sentença restabelece o direito do blog de veicular a matéria.

Além de revogar a liminar, concedida na semana passada, o magistrado negou o direito de resposta pleiteado pelo prefeito, que já havia sido ouvido por meio de sua advogada. "Não há que se falar em ofensa quando os fatos noticiados são verídicos e foram publicados incansavelmente, inclusive, pela mídia nacional", diz o juiz.

Para ordenar a retirada da matéria, Carvalho absorvera a argumentação inusitada dos advogados do prefeito, de que uma notícia deve ser "contemporânea", criando uma nova modalidade de censura, aplicada não mais a uma informação, mas a um fato.

O juiz justificou o recuo da sentença anterior dizendo-se convencido pelo parecer do Ministério Público do Amapá, assinado pela promotora eleitoral Rosemary Cardoso de Andrade, que foi contundente na defesa da liberdade de imprensa e rejeitou a tese de prejuízo eleitoral do prefeito. "Quanto à alegação de que os fatos outrora ocorridos estavam sendo novamente publica-

ADÃO G. CARVALHO

JUIZ ELEITORAL

"Não há que se falar em ofensa quando os fatos noticiados são verídicos e foram publicados incansavelmente, inclusive, pela mídia nacional"

ROSEMARY ANDRADE

PROMOTORA ELEITORAL

"Se não está preparado para ser político em tempos de liberdade de expressão, então que mude de atividade"

dos por causa do período eleitoral, é óbvio que sim, pois nesse período todos os candidatos estão em evidência", diz a representante do Ministério Público.

No parecer, aceito pelo juiz, a promotora sugere ao prefeito que se não for capaz de conviver com a liberdade de expressão, mude de atividade. "É lícito e democrático que a imprensa (e quem mais faria?) mostre ao eleitor, ou pelo menos tente fazer isto, quem são os candidatos que estão disputando o pleito", diz. "Quem entra na vida pública está exposto à avaliação pública. Se não está preparado para ser político em tempos de liberdade de expressão, então que mude de atividade."

O magistrado absorve do parecer da promotora menção a um precedente do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Ayres Britto, em defesa da liberdade de imprensa. "Nessa medida, gozam da plenitude de liberdade que é assegurada pela Constituição à imprensa. Dando-se que o exercício concreto dessa liberdade em plenitude assegura ao jornalista o direito de expender críticas a qualquer pessoa, ainda que em tom áspero, contundente, sarcástico, irônico ou irreverente, especialmente contra autoridades e aparelhos de Estado."